

## Retrospecto do relacionamento Brasil-Iraque

Cintia Auda & Evandro de Almeida<sup>1</sup>

### Introdução

Brasil e Iraque iniciaram relações diplomáticas em 1.º de dezembro de 1967. Em 1968, o Brasil instalou sua Embaixada em Bagdá, capital iraquiana, simultaneamente com a Embaixada em Damasco, na Síria. O Iraque credenciou, em 1971, seu primeiro embaixador no Brasil. Em 1972, o Brasil estabeleceu uma Missão Permanente em Bagdá.

Nos anos 70 e 80, as relações bilaterais se desenvolveram, sobretudo no campo comercial e o volume desse intercâmbio atingiu níveis consideráveis. Segundo o Itamaraty, em 1980, o comércio total entre os dois países chegou a US\$ 4,1 bilhões; no mesmo ano, criou-se o Banco Brasileiro-Iraquiano; e nos anos posteriores o intercâmbio foi diminuindo, pois em 1985 foi de US\$ 2.435,0 milhões; em 1987, US\$ 1.740,0 milhões e, em 1989, US\$ 1.817,9 milhões.

Já em 1998, o Banco Brasileiro-Iraquiano entrou em regime de liquidação ordinária por causa da quebra nas relações comerciais com o Iraque, determinadas pelo embargo econômico imposto àquele país pela Organização das Nações Unidas – ONU.

Dito isto, cumpre esclarecer que o objetivo desta comunicação é realizar uma breve análise do relacionamento que o Brasil vem desenvolvendo com o Iraque, principalmente desde o período do governo Figueiredo (1979/85) até o II pós-Guerra do Golfo – anos 90.

Ao longo do texto, mostrar-se-á que apesar das imensas diferenças culturais, o Brasil conseguiu sustentar um relacionamento comercial com o Iraque, um país tão rico em matéria de cultura e recursos naturais; além disto, manteve a flexibilidade nas negociações, mesmo existindo divergências em suas respectivas ideologias políticas.

Nossa análise se comporá de duas partes: a primeira, debruçada mais sobre o aspecto político-estratégico, abrangerá a política externa brasileira do não alinhamento e sua continuidade pelo governo Figueiredo; na segunda, a ênfase recairá sobre a esfera econômica, quando apresentará a intensificação do comércio bilateral Brasil-Iraque, além da atuação destacada de algumas empresas brasileiras naquele país, bem como, perspectivas futuras.

---

<sup>1</sup> Acadêmicos do 3º. Semestre do Curso de Relações Internacionais do Unicentro Belas artes.

Texto de pesquisa inicialmente apresentado à disciplina de Economia Política Internacional, e ajustado para publicação.

**Parte I**

## O Pragmatismo da Política Externa Brasileira no relacionamento com o Iraque

Desde o governo Garrastazu Médici (1969/74), com a atuação do ministro Mário Gibson Barbosa, no Itamaraty, o Brasil começou a desvincular-se de sua tradicional política externa – de alinhamento automático aos Estados Unidos (1) – para assumir uma posição denominada como “pragmática”, defensora de uma aproximação com os países que oferecessem vantagens que pudessem interessar às aspirações nacionais de desenvolvimento econômico.

Nesses termos, durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979), o Brasil manteve relações preferenciais com o Iraque, a Arábia Saudita e o Irã. O Itamaraty passou a apoiar os palestinos e a votar contra Israel no âmbito da ONU.

Nessa época, o Iraque era visto como aliado estratégico do Brasil, que ainda sofria o impacto negativo do duplo choque do petróleo, em 1973 e 1979. Bagdá passou a ser, então, um dos principais fornecedores de petróleo ao País.

As negociações foram facilitadas pelos interesses mútuos entre os dois países; o Iraque chegou a trocar petróleo por frangos congelados, automóveis e, na área militar, desde carros de combate até tecnologia nuclear, pois Saddam Hussein também almejava esta tecnologia, no intuito de fabricação de mísseis.

Estabeleceu-se então uma sólida parceria entre os emissários iraquianos, representantes de Saddam, com empresários e diplomatas brasileiros, os quais articularam não só a cooperação na área nuclear, mas também, na científica e tecnológica, além da que ocorreu na indústria bélica. Empresas como a Odebrecht, Camargo Correia e Mendes Júnior instalaram-se em Bagdá com operários, administradores e engenheiros, recebendo assim uma atenção especial das autoridades iraquianas.

Em resumo, o “pragmatismo responsável” – iniciado no governo Ernesto Geisel (1974/79) – também perdurou no mandato do presidente João Figueiredo (1979/85), pois é a partir desse período de tempo que nossa análise deter-se-á um pouco mais.

Já em seu discurso de posse, o então presidente Figueiredo afirmou sua intenção de manter a orientação pragmática da política externa adotada por seu antecessor, Ernesto Geisel, privilegiando o estabelecimento de relações comerciais com países que propiciassem vantagens ao desenvolvimento nacional.

Nesse pragmatismo político, buscou-se intercâmbio até mesmo com nações que haviam adotado uma orientação econômica e política diferente da nossa, ou seja, além do relacionamento com países capitalistas, passamos a tratar também com os países que adotaram os sistemas socialista e comunista.

Assim, as inúmeras viagens do presidente Figueiredo ao exterior, acrescidas de outras tantas visitas de chefes de Estado que o Brasil recebeu tinham como fundamentos, assinalados em notas conjuntas, o fortalecimento do diálogo Sul-Sul, o revigoramento do princípio da não-intervenção, a proscrição do colonialismo, a condenação à

discriminação racial e o combate ao protecionismo adotado pelos países desenvolvidos, entendido como forma de asfixiar as economias dos países emergentes.

Foi neste contexto que as relações bilaterais entre Brasil e Iraque se intensificaram e sobre as quais nossas atenções se voltarão a seguir.

Na década de 80, durante o governo Figueiredo, o Brasil vendeu 27 toneladas de “yellow cake” para o regime de Saddam Hussein. O yellow cake é a primeira fase de beneficiamento do urânio, fundamental para a produção do combustível de usinas nucleares, ou do plutônio, essencial para a bomba atômica.

O negócio foi confirmado em 1991, depois da I Guerra do Golfo, quando os inspetores da ONU descobriram o arsenal iraquiano, mas na época ninguém do governo brasileiro quis fazer declarações. Atualmente, alguns militares admitem falar ostensivamente sobre o assunto.

O almirante brasileiro, Othon Luiz Pinheiro da Silva, ex-coordenador do programa nuclear da Marinha brasileira – que conseguiu dominar o ciclo completo da tecnologia nuclear para fins pacíficos – comentou que a venda de yellow cake ao Iraque “foi um negócio contraproducente para o Brasil e a Marinha não participou dele”.

Outro almirante, Hernani Fortuna, ex-secretário-geral da Marinha, endossa a afirmação de seu colega: “Aquela negociação com o Iraque foi um erro estratégico, porque o governo não deveria vender urânio enriquecido ao Iraque ou a qualquer outro país, pois a tecnologia, nessa área, deve ser patrimônio do Estado”. É bom lembrar de que, na época, havia uma proibição do próprio governo brasileiro de se comercializar qualquer tipo de urânio para fora do País.

Um coronel do Exército brasileiro, que prefere o anonimato, disse que a transação com Bagdá teve a participação e o estímulo do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), com o aval da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e do Itamaraty.

Com o apoio do Itamaraty, o governo brasileiro aprovou uma cooperação com a participação do principal especialista brasileiro na área espacial, o brigadeiro Hugo de Oliveira Piva. Ele ajudaria na instalação de um centro de excelência, semelhante ao Centro Tecnológico Aeroespacial (CTA) brasileiro e no desenvolvimento da tecnologia de um míssil tático (de pequeno alcance).

Mas Piva teria condições de desenvolver um projeto de artefato nuclear, que não chegou a ser executado. O militar admite que o Iraque “tinha interesse em um projeto para a bomba atômica, que levava em conta o fato de Israel já possuir um arsenal nuclear. /.../ O projeto nuclear iraquiano sofreu um grande atraso quando os israelenses bombardearam a usina nuclear de Osirak, em 1981”.

Já um projeto do míssil estratégico de maior alcance, denominado Piranha, desenvolvido pelo CTA, também foi solicitado pelo governo de Bagdá, mas sofreu algumas restrições do Itamaraty e da área militar. Mesmo assim, a tendência, no fim dos anos 80, era de que o governo brasileiro acabasse garantindo a tecnologia para o míssil

estratégico. Porém, com a guerra do Golfo (1990), os Estados Unidos pressionaram ao Brasil para que encerrasse a cooperação com Bagdá.

Com o fim da Guerra (1991), as relações do Brasil com o Iraque tiveram que ser redimensionadas, dadas às circunstâncias decorrentes do conflito e os limites definidos pelas sanções do Conselho de Segurança da ONU, incluindo a suspensão das relações comerciais do Brasil com o Iraque e vice-versa, às quais o Brasil aderiu sem reservas. Desta forma, as relações diplomáticas com o Iraque reduziram-se ao mínimo e o intercâmbio comercial foi suspenso.

A embaixada brasileira, em Bagdá, foi desativada e àquela instalada em Amã, na Jordânia, passou a responder pelos negócios com o Iraque, enquanto cessaram as importações, as exportações e as transações financeiras.

Desde 1991, o Itamaraty enviou missões administrativas a Bagdá, chefiadas em nível de secretariado, para averiguar as condições do imóvel da Chancelaria, fazer o inventário e renovar o contrato de aluguel. A última dessas missões ocorreu em outubro/novembro de 1999.

Dado seu isolamento internacional, o Iraque tem buscado normalizar as relações diplomáticas com diversos países, entre os quais o Brasil. O Governo iraquiano dá mostras de que pretende o progressivo restabelecimento das relações aos níveis pré-1990 e o restabelecimento do intercâmbio comercial bilateral.

Por sua vez, o Brasil tem adotado a seguinte postura: observância das Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e espera da normalização das relações do Iraque com a comunidade internacional, mediante o cumprimento das resoluções do referido Conselho.

## **Parte II**

Atuação de algumas empresas brasileiras no Iraque e perspectivas futuras

### **– Cia. Mendes Júnior –**

O Iraque foi um grande parceiro comercial do Brasil entre o final dos anos 70 e início da primeira Guerra do Golfo, em 1991; a construtora Mendes Júnior, por exemplo, construiu estradas de ferro e uma estação de bombeamento de águas naquele país, de 1978 a 1990.

Com as duas guerras travadas pelo Iraque – uma contra o Irã e a outra com a invasão iraquiana do Kuwait – vieram as dificuldades econômicas e assim, o governo de Saddam Hussein ficou devendo US\$ 671,6 milhões à empresa brasileira. Representantes da Mendes Júnior afirmam que o governo brasileiro aceitou saldar o passivo, via Banco do Brasil, embora seu valor não tenha sido quitado.

Na verdade, o Iraque permitia ao Brasil garantir um maior equilíbrio da balança comercial, pois aquele país aceitava comprar produtos e contratava os serviços brasileiros. Nos anos 80, o Iraque era um dos poucos países que não exigia garantia de

crédito de bancos estrangeiros para contratos firmados com o Brasil, sendo o Itamaraty o agente que intermediava as negociações.

A Mendes Júnior assinou novo contrato, em 1981, para a construção de 128 quilômetros da Expressway, ferrovia que vinha da fronteira com a Jordânia até a do Kuwait. O Iraque, porém, começou a atrasar os pagamentos, por ter passado a concentrar suas despesas orçamentárias na guerra contra seu vizinho, o Irã.

O então presidente, João Figueiredo, escreveu uma carta a Saddam Hussein, pleiteando a solução das pendências, e com isso a situação se agravou, em 1987, pois a construtora brasileira suspendeu as obras e deu início ao processo de cobrança na Corte Internacional de Comércio, em Paris.

Saddam irritou-se perante tal atitude. Exigiu então que a Mendes Júnior retomasse as obras, ameaçando cortar o fornecimento de petróleo para o Brasil. Vale dizer, o país receberia petróleo do Iraque, que descontaria os valores devidos do passivo negociado junto ao Banco do Brasil. Todavia, com a II Guerra do Golfo, em 1991, a Mendes Júnior retirou todos os seus funcionários do Iraque.

#### – Cia. Volkswagen –

A história da Volkswagen no Brasil começou no dia 23 de março de 1953, em um armazém alugado, no qual, iniciou a montagem dos primeiros Fuscas com peças importadas da Alemanha.

Essa filial brasileira é a única empresa do hemisfério Sul com um Centro de Engenharia capaz de projetar e produzir automóveis de aceitação mundial, como o Gol, exportado para vários países, Santana 2000 (também produzido na China), Nova Parati, Nova Saveiro, além da Brasília e do Passat, que foram sucessos de venda nos anos 70 e 80.

A fábrica de São Bernardo do Campo fechou, nos anos 80, o maior contrato de exportação da história da indústria automobilística, e impediu uma onda de demissões em massa, no ABC paulista, em virtude do seu comércio exportador ao Iraque, com a fabricação do Passat.

#### Passat ou “Brazili” – um caso de amor

O iraquiano vive(u) um caso de amor com o Passat, não o modelo importado atual, que é sonho de consumo da geração de alta renda, mas o carro brasileiro que reinou nas ruas e estradas do país, nos anos 80; é dessa época a primeira leva de exportação do automóvel para o Iraque. Como nos vidros traseiros os veículos traziam o adesivo “Made in Brazil”, desde então o Passat é conhecido no Iraque como “Brazili”.

O Brazili é muito querido entre a população iraquiana, devido ao baixo custo e manutenção. Atualmente, um modelo ano 1988, o último a ser exportado, pode custar até US\$ 4.000, e também porque os “Brazilis” são o sonho possível da classe média iraquiana de ter um carro próprio.

A Volkswagen brasileira exportou 170 mil Passats para o Iraque, entre 1983 e 1988; todos têm quatro portas, ar-condicionado, luz para leitura no banco traseiro e cores mais ao gosto dos iraquianos, como o discutível verde-abacate.

Numa iniciativa inédita até então entre os dois países, trocavam automóveis por petróleo, o qual era revendido depois à Petrobras.

Há Brasilis em todos os lugares, de todas as cores e estilos. Criativo, o iraquiano os pintou de tonalidades, digamos, mais alegres do que as convencionais ou oriundas da fábrica.

Com relação ao combustível não é exatamente um problema para os iraquianos, pois com apenas três dólares compravam-se cem litros de gasolina especial e o valor caía pela metade na gasolina do tipo comum.

#### – Cia. Braspetro –

A Petrobras Internacional S/A – Braspetro, atuante nas atividades de extração e industrialização petrolíferas, e na prestação de serviços técnicos e administrativos no exterior, teve destacada atuação comercial com o Iraque, tanto que no auge das relações entre os dois países, entre as décadas de 70 e 80, 42% do óleo cru importado pelo Brasil eram provenientes do Iraque.

As compras brasileiras de petróleo iraquiano declinaram em razão da Guerra Irã–Iraque (1980), voltando a elevar-se após o fim do conflito (1988), até atingir o percentual de 60% do total das importações brasileiras do produto.

#### – Atuação de outras Empresas –

Com o Iraque, empresas como Sadia, Massey Ferguson e Odebrecht, iniciaram suas “aventuras exportadoras”, em uma época em que poucas companhias vislumbravam outros mercados. Também coube às empreiteiras brasileiras, os serviços de construção civil, como os mais de 500 quilômetros de estrada duplicada que ligam Bagdá à fronteira com a Jordânia, além da construção de ferrovias.

Na mesa do iraquiano, o produto brasileiro é bastante conhecido e apreciado, visto que durante a década de 80, período que compreendeu a guerra Irã–Iraque (1980/88), o Brasil exportou cerca de US\$ 150 milhões em carne de frango congelado. À frente do negócio estava o atual ministro brasileiro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, à época atuando na Sadia.

Atualmente, a população iraquiana consome, além do frango, carne bovina, café e açúcar brasileiros, provenientes do programa Petróleo por Comida da Organização das Nações Unidas (ONU), pois desde o início da I Guerra do Golfo (1990), o Iraque está sob o regime de embargo econômico.

### **Perspectivas mais recentes**

Foi justamente o histórico de um relacionamento que se provou eficaz, em períodos de normalidade política, que levou um grupo de empresários iraquianos, refugiados e radicados no Brasil há mais de 15 anos, a criar uma nova Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Iraque, em 2003; uma organização sem fins lucrativos que já está trabalhando para reacender as relações comerciais com o Brasil, país ao qual estes empresários devem bastante, principalmente o “ativo” de uma identidade cidadã, direito que lhes foi tomado em um triste episódio da história do seu país natal.

De acordo com o presidente da referida Câmara, Jalal Chaya, a reconstrução do Iraque, país que foi praticamente destruído com a invasão dos Estados Unidos e aliados, abre não só grandes chances para conglomerados dos países que apoiaram a ofensiva militar, bem como daqueles que tinham boas relações comerciais antes do embargo comercial imposto pelas Nações Unidas há cerca de 15 anos. O objetivo da reabertura da Câmara é tentar levar o Brasil a (re)conquistar mercados Iraquianos.

Cumprasse assinalar que a primeira Câmara, criada em 1974, acabou sendo extinta com o embargo imposto pela ONU, devido ao uso da força armada em uma rebelião na região norte do Iraque, onde a minoria curda foi esmagada, tendo como consequência milhares de mortos entre 1974 e 1975.

Por outro lado, é preciso um certo cuidado ao receber as notícias sobre o afastamento do Brasil (e dos demais países que se opuseram formalmente à invasão norte-americana no Iraque, como França, Alemanha e outros) nos projetos de reconstrução do país.

Trata-se apenas do afastamento formal do Brasil dos projetos de concorrência internacional para o fornecimento de mercadorias e serviços, o que não impede que exportemos para a iniciativa privada, ou mesmo que venhamos a participar de projetos como fornecedor de empresas localizadas em países ganhadores de tais concorrências.

Para Jalal Chaya, a abertura do mercado iraquiano às exportações de países amigos terá impacto direto nos custos dos produtos brasileiros. Com o fim da intermediação (de terceiros países), explicou Chaya, “os custos dos produtos no mercado iraquiano cairão pelo menos 30%, permitindo forte ganho de competitividade”. A Câmara comercial calcula que os exportadores brasileiros poderão “faturar” pelo menos US\$ 6 bilhões até 2009, com média anual de cerca de US\$ 1,2 bilhão. Esse montante, porém, não representa nem mesmo metade dos US\$ 3,3 bilhões que o Brasil exportava na década de 80 para o Iraque.

Ainda de acordo com Jalal Chaya, o “salário” de apenas US\$ 2 que os iraquianos recebiam até antes da invasão do país por tropas dos Estados Unidos e seus aliados (2003), saltou para US\$ 500. “O mercado iraquiano, de quase 30 milhões, é um dos maiores da região”, e os EUA vão injetar US\$ 80 bilhões para reconstruir o país.

Mesmo que alguns países “amigos” do Iraque não venham a fazer parte da reconstrução de sua infra-estrutura, já existe pelo menos 14 mil editais para as compras

governamentais, e para o Brasil, a construção civil e o setor alimentício são “armas” a serem aproveitadas por empresas brasileiras.

### **Considerações finais**

Como vimos, houve pontos positivos e negativos na relação bilateral Brasil-Iraque, os quais foram importantes, pois o Brasil se infiltrou em um mercado em que poucos países tinham acordos preferenciais ou privilégios comerciais como a política do “petróleo por comida”, além de outros produtos e da prestação de serviços por parte de algumas grandes empresas brasileiras.

Por outro lado, houve negociações na área militar onde o Brasil se encontrou em uma situação arriscada com relação à sua soberania, face à troca de tecnologia e à venda de urânio ao Iraque para a fabricação de mísseis balísticos, a serem utilizados contra o Irã, desrespeitando assim o princípio de que a tecnologia militar é de propriedade exclusiva do Estado.

Vimos também como o comércio bélico foi um capítulo um tanto nebuloso nesta história da política externa brasileira, na década de 80, pois somente em 1991 – com as investigações realizadas pela ONU – foram então descobertas e divulgadas pela mídia.

Encerrada “oficialmente” a guerra contra o Iraque de Saddam Hussein, em 2004, começa a guerra pelo Iraque pós-Saddam com a resistência da população nativa. Com o país destruído pelas bombas da coalizão – formada por 34 países sob a liderança dos EUA -, e pelos 13 anos de embargo econômico imposto pela ONU (1990–2003), criou-se então uma disputa entre as principais potências econômicas pelos contratos iraquianos para a reconstrução do país, e o Brasil pode sair ganhando através de futuros contratos por meio de iniciativas privadas.

“A América Latina, nesse período de guerra, ficou em bastante evidência para os investidores”, afirma o especialista em planejamento tributário, Sidnei Bizarro (Bizarro e Associados, 2003). Para ele, no entanto, a política econômica do governo Lula foi um fator ainda mais importante para garantir a confiança dos organismos monetários internacionais. Esta perspectiva tem uma visão idealista, ou seja, que haverá oportunidades ideais para a volta e a possível expansão do comércio bilateral entre Brasil e Iraque.

Porém há uma perspectiva com uma visão mais realista, ou seja, baseados em fatos ocorridos no passado, nos quais acredita-se que poderão se repetir novamente. O historiador, João Francisco Tidei de Lima (da Unesp), defende esta posição; para ele, os “efeitos positivos” da guerra para o Brasil são “transitórios e circunstanciais”. Na sua avaliação, os benefícios da reconstrução e dos petrodólares iraquianos vão mesmo ficar nas mãos das grandes potências econômicas.

Ideologias à parte, o fato é que as avaliações apresentadas acima demonstram o papel que o Brasil desempenhou e ainda pode desempenhar no cenário internacional, e as possibilidades que lhe serão apresentadas, tendo como pano de fundo a disputa acirrada entre os Estados tanto do Norte quanto do Sul pela conquista de novos mercados tal qual o iraquiano que, para nós brasileiros, terá sabor de reconquista.



**Nota:**

(1). Na verdade, o rompimento com esse alinhamento automático teve início com o governo Jânio Quadros (1961) e prosseguiu com o governo João Goulart (1961/64) através da Política Externa Independente, rompida com o Golpe de 31 de março de 1964.

**Referências Bibliográficas**

Agência Brasil – Radiobras ([www.radiobras.gov.br/](http://www.radiobras.gov.br/))

ATTUCH, Leonardo. Saddam, o amigo do Brasil: a história secreta de Bagdá. São Paulo: Qualitymark, 2003.

BIZARRO & ASSOCIADOS. Desenvolvimento Empresarial Ltda.  
([www.bizarroeassociados.com.br/](http://www.bizarroeassociados.com.br/))

CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-IRAQUE  
([www.brasiliraq.com.br/pdf/Artigo1.pdf](http://www.brasiliraq.com.br/pdf/Artigo1.pdf))

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. São Paulo: Ática/Atena, 1992.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO ([www.folha.com.br/](http://www.folha.com.br/))

JORNAL DO COMMERCIO DO RIO DE JANEIRO  
([www.jornaldocomercio.com.br/](http://www.jornaldocomercio.com.br/))

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL  
([www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/relacoes/africa/iraque.asp](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/relacoes/africa/iraque.asp))

REVISTA AMANHÃ ([amanha.terra.com.br/](http://amanha.terra.com.br/))

REVISTA ISTO É ([www.terra.com.br/istoe](http://www.terra.com.br/istoe))

VIZENTINI, Paulo; FORTES, Alexandre; LEAL, Maurício Balthazar. Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.